

L E I n° 2.756/2007

Data : 29 de agosto de 2007.

Súmula: REGULAMENTA A INSTITUIÇÃO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, NOS TERMOS DA LEI FEDERAL 8.069/90 - E.C.A. , E DÁ NOVA REDAÇÃO AS LEIS n°s 2.252/2001, de 02/08/2001, e 2.284/2001, de 14/12/2001, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte

L E I

CAPÍTULO I

TÍTULO I

Das Disposições Preliminares e Natureza

Art. 1º - Fica criado Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, previsto pela Lei Federal n.º 8.069/90, como Órgão Normativo, Consultivo, Deliberativo, controlador e Fiscalizador permanente e de composição paritária, vinculado ao Órgão da administração Pública, responsável pela condução da política municipal sobre a proteção integral à criança e ao adolescente.

Parágrafo Único - Para fins desta lei, ficam também instituídos e regulamentados:

- a) A Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente ;
- b) O Conselho Tutelar, e o
- c) O Fundo Municipal da Infância e Adolescência (FIA).

TÍTULO II

Dos Objetivos

Art. 2º - As atividades do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, visam o atendimento e a proteção integral da criança e do

adolescente do Município de Bandeirantes, através de ações das políticas básicas, ações de proteção e medidas sócio-educativas, com absoluta prioridade.

§ 1º - As ações a que se refere o "caput" deste artigo serão implementadas através de:

- I. políticas sociais básicas de educação e saúde;
- II. políticas e programas de assistência social, em caráter supletivo, para aqueles que deles necessitarem;
- III. serviços especiais de prevenção e atendimento médico e psicossocial as vítimas de negligência, maus tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão;
- IV. serviços de identificação e localização de pais, responsáveis, crianças e adolescentes desaparecidos;
- V. proteção jurídico - social por entidade de defesa dos direitos da criança e do adolescente.

§ 2º - O atendimento dos direitos da criança e do adolescente , para efeito de agilização, será efetuado de forma integrada entre órgãos dos Poderes Públicos e da Comunidade.

Art. 3º - É vedada a criação de programas de caráter compensatório na ausência ou insuficiência das políticas sociais básicas no Município sem a prévia manifestação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente .

CAPÍTULO II

TÍTULO I

Das Competências

Art. 4º - Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:

I - Formular e deliberar sobre a política dos Direitos da Criança e do Adolescente, fixando prioridades na execução das ações, captação e aplicação de recursos;

II - difundir e divulgar amplamente as políticas destinadas à criança e ao adolescente no Município de Bandeirantes;

III - articular e integrar as entidades governamentais e não governamentais de atendimento à criança e ao adolescente no Município de Bandeirantes e no país;

IV - participar no planejamento municipal colaborando no estabelecimento de prioridades e acompanhar a execução das políticas básicas, de assistência social, bem como as de proteção e socio-educativas;

V - manter permanente entendimento com os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, cabendo-lhe propor, se necessário, alterações na legislação em vigor e nos critérios adotados para o atendimento à criança e ao adolescente;

VI - incentivar e promover a atualização permanente dos profissionais das instituições governamentais e não governamentais de atendimento direto à criança e ao adolescente, em respeito ao princípio da descentralização político-administrativa;

VII - registrar as entidades governamentais e não governamentais que mantenham atendimento à criança e ao adolescente, além dos previstos no art.90 do ECA a saber :

- a) profissionalização;
- b) reabilitação

VIII - estabelecer normas e procedimentos para realização de convênios com instituições governamentais ou não, visando à assistência integral à criança e ao adolescente;

IX - acompanhar a gestão do FIA municipal;

X - cooperar no planejamento municipal;

XI - regulamentar, organizar, coordenar, bem como adotar todas as providências para a escolha dos membros do Conselho Tutelar do Município;

XII - dar posse aos membros do Conselho Tutelar, conceder licença aos mesmos, nos termos do respectivo regulamento e declarar vago o posto por perdas de mandato, nas hipóteses previstas nesta lei.

Art.5º - As Entidades não governamentais de atendimento à criança e ao adolescente, somente poderão funcionar depois de registradas no CMDCA, o qual comunicará ao Conselho Tutelar e à autoridade judiciária da Comarca.

Parágrafo Único - Será negado registro as instituições acima referidas que:

- a) - Não oferecer instalações físicas em condições adequadas de habitação, higiene, salubridade e segurança;
- b) - Não apresentar programa de trabalho compatível com a Lei Federal nº 8.069/69;
- c) - Esteja irregularmente constituída;
- d) - Tenham em seu quadro de diretores ou funcionários, pessoas inidôneas, e/ou com problema psico-emocionais incompatíveis no trato com crianças e adolescentes;

TITULO II

Da Organização

Art. 6º - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente será formado por 10 (dez) membros titulares e 10 (dez) suplentes de composição paritária 50% representantes do Poder Público indicados pelo Executivo Municipal e 50% representantes da sociedade civil organizada, escolhidos em assembléia própria durante a Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com a seguinte composição:

I - Representantes do Poder Público Municipal.
1 vaga da Secretaria Municipal de Ação Social;
1 vaga da Secretaria Municipal de Educação e Cultura;
1 vaga da Secretaria Municipal da Saúde;
1 vaga da Secretaria Municipal da Fazenda;
1 vaga da Secretaria Municipal da Ind. Comércio e do Turismo.

II - Representantes das Organizações Comunitárias :

1 vaga das organizações prestadoras de serviço na área da criança e do adolescente de 0(zero) a 06 (seis) anos;
1 vaga das organizações prestadoras de serviço na área da criança e do adolescente de 07(sete) à 18(dezoito anos);
1 vaga das organizações de defesa de direitos da criança e do adolescente;
1 vaga das organizações de trabalhadores do setor;
1 vaga para os prestadores de serviço de proteção e medidas sócio educativas para criança e adolescente.

Parágrafo Único - Enquanto no Município as 05(cinco) organizações representativas, não estiverem instaladas, a Conferência decidirá a forma de composição, de forma que, a paridade seja rigorosamente mantida.

Art. 7º - Na 1ª. Reunião plenária o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente elegerá dentre os seus membros pelo quorum mínimo de 2/3, o Presidente, Vice - Presidente os 1º e 2º Secretários.

Art. 8º - A função de conselheiro dos Direitos da Criança e do Adolescente é considerada de interesse público relevante e não será remunerada.

Parágrafo Único - Os membros do CMDCA de Bandeirantes, para cumprir o lhes compete, serão dispensados de suas funções, nos horários das reuniões e para participar de eventos relativos ao cargo de conselheiro quando necessário, para tal a Secretaria de Ação Social deverá encaminhar aos titulares dos órgãos governamentais e das organizações não governamentais, que possuem representação no conselho: 1º) fotocópia do decreto nomeando os conselheiros, 2º) O cronograma anual das reuniões plenárias; 3º) Expediente comunicando reuniões extraordinárias e eventos.

TÍTULO III

Do Mandato dos Conselheiros

Art.9º - Os Conselheiros serão eleitos e nomeados para um período de 02 (dois) anos, permitida uma recondução por igual período, durante a realização da Conferência.

§ 1º - O Conselheiro ou suplente indicado pelo Órgão Público ao deixar de exercer a função pública, sua vaga é declarada aberta automaticamente.

§ 2º - A vaga de Conselheiro ou suplente indicados pelas instituições não governamentais fica automaticamente aberta quando ocorrer seu desligamento da instituição.

§ 3º - Em caso de vaga aberta, o suplente completará o período restante para completar o mandato do conselheiro.

§ 4º - A função dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente será considerada extinta antes do término, nos seguintes casos:

- a) morte;
- b) renúncia;
- c) ausência injustificada por mais de 03 (três) reuniões consecutivas ou 05 (cinco) intercaladas.
- d) doença que exija o licenciamento por mais de 03 (três) meses;
- e) procedimento incompatível com a dignidade das funções;
- f) condenação por crime doloso ou de responsabilidade;
- g) mudança de residência do Município.

TÍTULO IV

Do Funcionamento do Conselho

Art. 10 - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente definirá a forma e a periodicidade, local e horários de suas reuniões em seu Regimento Interno.

Art. 11 - O Poder Público providenciará as condições materiais : local, móveis e equipamentos bem como material de expediente e recursos humanos (um funcionário administrativo do quadro municipal será designado para exercer a função de administrar a secretaria geral do Conselho que prestará serviço também ao CMDCA e ao CMAS) .

CAPÍTULO III

TÍTULO I

Do Fundo municipal da Infância e do Adolescente - FIA

Art. 12 - O Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, terá conta e dotação orçamentária específica e terá como atribuição, a aplicação e a captação de recursos a serem utilizados segundo as deliberações do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, ao qual é vinculado, conforme art.88, inciso IV, da Lei 8.069/90-ECA e disciplinado pela Lei 4.320/64.

Art. 13 - Os recursos do FIA, deverão prioritariamente ser utilizados em ações de atendimento à criança e ao adolescente em situação de risco social e pessoal e aos programas de proteção especial e de medidas sócio-educativas, cuja necessidade extrapola o âmbito de atuação das políticas básicas.

§ 1º - Dependerá de deliberação e autorização expressa do CMDCA para aplicação de recursos de que fala o Caput deste artigo em outros tipos de programas.

§ 2º - Para atender às despesas decorrentes da implantação da presente Lei, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir, no presente exercício, Crédito Adicional Especial até o valor de R\$-7.000,00 (sete mil reais), obedecidas as prescrições contidas no artigo 43, § 1º, nos incisos I a IV, da Lei Federal 4.320/64.

§ 3º - O orçamento do FIA integrará o orçamento da Secretaria Municipal da Ação Social.

TÍTULO III

Das Receitas, Despesas e Gerência do Fundo

Art. 14 - O Fundo se constitui de:

- a) dotações orçamentárias
- b) doações de entidade nacionais e internacionais governamentais ou não, voltadas para o atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- c) doação de pessoas físicas e pessoas jurídicas previstas no artigo 260 da Lei nº 8.069/90 e legislação em vigor(Regulamentação da Receita Federal);
- d) legados;
- e) contribuições voluntárias;
- f) os produtos das aplicações dos recursos disponíveis;
- g) o produto de vendas de materiais, publicações em eventos realizados.
- h) provenientes de aplicação de multas previstas no "Art.214 e seus parágrafos" e oriundas das infrações descritas nos artigos 228 a 258 da Lei 8.069/90 ECA.

- i) as parcelas do produto da arrecadação de outras receitas próprias oriundas de atividades econômicas, tais como: prestação de serviços, agropecuária, industrial e de outras transferências que o FIA tenha direito a receber por força da Lei e de convênio no setor.
- j) Transferências do FIA Nacional e Estadual.

§ 1º - As receitas do FIA descritas neste artigo serão em um prazo de 07(sete) dias, a contar da data de sua arrecadação pelo Município, depositadas obrigatoriamente na conta do FIA aberta e mantida em agência local de estabelecimento bancário da rede oficial.

§ 2º - A aplicação dos recursos de natureza financeira dependerá:

I - da existência de disponibilidade em função do cumprimento da programação no atendimento da criança e do adolescente;

II - da prévia autorização do CMDCA e titular da Secretaria de Ação Social.

Art. 15 - Nenhuma despesa será realizada sem a necessária dotação orçamentária e sem o cumprimento do que preceitua a Lei de nº 101/00 - LRF.

Parágrafo Único - Para os casos de insuficiência e omissões orçamentárias, poderão ser utilizados os créditos adicionais suplementares e especiais, respectivamente, autorizados por Lei Municipal e abertos por Decreto do Executivo.

Art. 16 - O Fundo será gerido pelo presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, em conjunto com o Secretário Municipal da Fazenda, ou contador por ele designado (operacionalmente), ao CMDCA, fica este responsável pelo controle contábil, pelas prestações de contas e apresentação de balanço, na forma estabelecida em regulamento interno.

Art. 17 - Os recursos do FIA serão geridos segundo plano de aplicação contido na Lei Municipal Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei de Orçamento Anual, baseadas no contido no Plano Anual da Assistência Social deliberado e encaminhado pelo CMDCA.

Parágrafo Único - Cabe ao CMDCA a deliberação sobre as despesas, o acompanhamento e a fiscalização na sua utilização nas ações governamentais e não governamentais, bem como solicitar a devida prestação de contas por parte do setor de contabilidade do Executivo Municipal.

Art. 18 - As despesas que correrão por conta do FIA se constituirão de:

- a) - financiamento total ou parcial de programas de proteção especial e sócio educativos para criança e adolescente;

- b) - pagamento pela prestação de serviços a entidades de direito privado para execução de programas e/ou projetos específicos previstos nesta Lei; (valores definidos anualmente através de resolução do CMDCA)
- c)- pagamento à terceiros por exercício da tarefa de guarda subsidiada quando definidas pelo Juiz;
- d - pagamento para família substituta quando a colocação for determinada pelo Juiz;
- e - financiamento de conselheiros de direito e tutelares em programas de capacitação;
- f - financiamento de diárias para viagens de conselheiros de direito e tutelares em eventos em que o CMDCA entender significativo ao desenvolvimento da política de atenção à criança e ao adolescente;
- g - aquisição de material permanente e de consumo e de outros insumos necessários ao desenvolvimento das ações e programas da política de atendimento à criança e ao adolescente; e
- h - pagamento aos membros do Conselho Tutelar.

§ 1º - O valor atribuído ao pagamento por guarda subsidiada, será de ½ Salário Mínimo percapita mês.

§ 2º - O repasse de recursos para as entidades e organizações governamentais e não governamentais de atendimento à criança e ao adolescente, se processarão mediante convênios, contratos, acordos, ajustes e/ou similares, obedecida a legislação vigente sobre a matéria e de conformidade com os programas, projetos e serviços aprovados pelo CMDCA.

§ 3º - As verbas depositadas no FIA, vinculados a qualquer entidade cadastrada, com registro de funcionamento atualizado, por requerimento próprio ao repassador através de projetos apresentados, serão respeitadas por ocasião aprovação dos repasses pelo CMDCA.

TÍTULO III

Da Competência do órgão que operacionaliza o Fundo

Art. 19 - Compete a quem operacionaliza o Fundo Municipal;

- I. Registrar os Recursos orçamentários próprios do Município ou a ele transferidos em benefícios das crianças e dos adolescentes pelo Estado ou União;
- II. Registrar os recursos captados pelo município através da convênios, ou por doação ao Fundo;
- III. Manter o controle escritural das apreciações financeiras levadas a efeito no Município, nos termos das resoluções do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.
- IV. Liberar os recursos a serem aplicados em benefícios da criança e adolescentes, nos termos das Resoluções do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.
- V. Administrar os recursos específicos para os programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente, segundo a política definida pela Secretaria

de Ação Social e as Resoluções do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

VI. As contas e os relatórios do gestor do FIA, serão submetidos à apreciação do CMDCA, mensalmente, de forma sintética e, anualmente, de forma analítica.

CAPÍTULO IV

TÍTULO I

DA CRIAÇÃO E NATUREZA DO CONSELHO TUTELAR

Art. 20 - Fica criado e regulamentado, o Conselho Tutelar como órgão permanente e autônomo não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos na Lei 8069/90-ECA.

TÍTULO II

Dos Membros e da Composição Conselho Tutelar

Art. 21 - O Conselho Tutelar será composto de 05 (cinco) membros selecionados na forma disposta nesta Lei, para um período de 03 (três) anos, permitida uma recondução por mais um mandato, respeitada a forma de escolha prevista nessa Lei.

§ 1º - O Presidente do Conselho Tutelar, será escolhido entre seus pares na primeira reunião plenária anual, por um período de um ano, permitida uma recondução ao cargo.

§ 2º - O trabalho dos Conselheiros Tutelares é de dedicação exclusiva, seu horário de expediente será o mesmo do Executivo Municipal, fora do horário de expediente, sábados, domingos e feriados os atendimentos serão prestados em esquema de PLANTÃO, através de rodízio entre os conselheiros, regulamentado em seu Regimento Interno.

Art. 22 - Para cada Conselheiro, haverá um suplente que assumirá em seus impedimentos, licenças e férias e cuja remuneração será equivalente ao período trabalhado.

Art. 23 - Compete ao Conselheiro Tutelar zelar pelo atendimento dos direitos da criança e do adolescente, cumprindo as atribuições previstas no Estatuto dos Direitos da Criança e do Adolescente, Lei 8.069/90 .

TÍTULO III

Da Escolha dos Conselheiros Tutelares

Art. 24 - O presente capítulo regulamenta o processo de escolha e posse dos conselheiros tutelares do município de Bandeirantes(PR), órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, composto de 05 (cinco) membros eleitos para ocupar o cargo de Conselheiro Tutelar Titular e 05 (cinco) membros eleitos para ocupar o cargo de Conselheiro Tutelar Suplentes para um mandato de 03 (três) anos, permitida uma recondução para igual período.

Art. 25 - A escolha dos membros do Conselho Tutelar Titular e Suplentes do Município de Bandeirantes(PR) realizar-se-á, através de eleição, a ser designada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Bandeirantes(PR), pelo sufrágio facultativo e secreto dos cidadãos e cidadãs do município de Bandeirantes(PR), maiores de 16 (dezesseis) anos, comprovada sua identificação, quando da votação.

Art. 26 - O processo eleitoral para escolha dos membros do Conselho Tutelar será realizado sob a responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e fiscalização do Ministério Público.

Art. 27 - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, denominado simplificadamente CMDCA, elegerá, na forma de seu Regimento Interno, 02 (dois) conselheiros para, juntamente com o Presidente do mesmo Conselho, formarem uma comissão encarregada da condução de todo o processo de escolha dos Conselheiros Tutelares, atuando também na função de junta apuradora, na contagem e apuração de votos, sendo esta denominada simplesmente de Comissão de Escolha.

§ 1º - A Comissão de Escolha será integrada e presidida pelo Presidente do CMDCA.

§ 2º - Para auxiliar a Comissão de Escolha, o exame e aprovação dos currículos dos candidatos, serão formadas subcomissões de conselheiros de direito, tantos quanto necessários.

§ 3º - Para recebimento dos votos, a Comissão de Escolha formará quantas urnas receptoras forem necessárias, no local escolhido pela Comissão de

Escolha, composta de cidadãos de ilibada conduta para cada urna receptora, sendo 03 (três) suplentes.

TÍTULO IV

DO REGISTRO DAS CANDIDATURAS

Art. 28 - Poderão inscrever-se como candidatos ao Conselho Tutelar aqueles que apresentem a documentação necessária exigida e que preencham os seguintes requisitos:

- a) Certidão Negativa da Justiça Eleitoral da Comarca de Bandeirantes(PR);
- b) Curriculum Vitae acompanhado de documentos comprobatórios;
- c) Documentos pessoais (fotocópia da Carteira de Identidade e CPF);
- d) Requerimento digitado ou datilografado solicitando a inscrição;
- e) Reconhecida idoneidade moral, apresentando a Certidão Negativa de Execução Criminal;
- f) Idade superior a 21 anos;
- g) Residir no município de Bandeirantes(PR) a mais de 01 (um) ano, emitindo de próprio punho uma declaração sob as penas da lei;
- h) Ter escolaridade mínima do segundo grau completo, entregando comprovante conferência;
- i) Não ocupar cargo efetivo, de natureza política partidária;
- j) Declaração de próprio punho que poderá estar disponível no horário comercial das 08h00min às 12h00min e das 14h00min às 18h00min de segunda a sexta-feira, plantão noturno, finais de semana e feriados, estes quando escalados.

Art. 29 - Encerrado o prazo para inscrições, a Comissão de Escolha, fixará no quadro de editais de publicação da Prefeitura Municipal de Bandeirantes, no mural de publicação do Fórum local, no mural de publicação da Secretaria de Ação Social, a relação nominativa dos candidatos que requereram inscrição, remetendo cópias da relação ao Juiz e Promotor de Justiça da Infância e da Juventude.

Parágrafo Único - Desde o encerramento das inscrições, todos os documentos e especialmente os currículos dos candidatos estão à disposição dos interessados que os requeiram, na sede do CMDCA do município de Bandeirantes(PR), para exames e conhecimento dos requisitos exigidos.

Art. 30 - Decorridos os prazos acima, a Comissão de Escolha reunir-se-á para avaliar os requisitos, documentos, currículos e impugnações e deferirá os registros dos candidatos que preencham os requisitos de lei, indeferindo os que não preenchem ou apresentem documentação incompleta.

Art. 31 - Em seguida, a Comissão de Escolha fará publicar nos locais alocados no Art. 29 a nominata dos candidatos que tiveram suas inscrições deferidas, abrindo-se prazo de 03 (três) dias da data da publicação e afixação em edital, para pedidos de reconsideração que deferiu ou indeferiu os registros, os quais serão decididos

administrativamente em última instância, pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Bandeirantes(PR), no prazo de 02 (dois) dias, seguindo-se após nova e definitiva publicação.

TÍTULO V

DA PROPAGANDA INDIVIDUAL DOS CANDIDATOS

Art 32 - A propaganda será permitida nos moldes do Código Eleitoral (Lei nº 4.737, de 15/07/1965, artigos 240 e 256), e demais legislações pertinentes.

§ 1º - Será, porém, vedado, em qualquer hipótese, o abuso do poder econômico e do poder político.

§ 2º - Constatada infração aos dispositivos acima, o CMDCA, avaliados os fatos poderá cassar o registro do candidato infrator.

TÍTULO VI

DA VOTAÇÃO E APURAÇÃO DOS VOTOS

Art. 33 - No local da votação deverão estar presentes os integrantes da Mesa Receptora, sendo que a Comissão de Escolha cuidará de divulgar amplamente o horário e locais para a coleta de votos, oficiando ao Promotor de Justiça da Infância e Juventude, para os fins que se trata o art. 139 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Parágrafo Único - Não poderão compor a mesa receptora candidatos ao cargo de conselheiro, bem como seus ascendentes ou descendentes ou colaterais até o quarto grau.

Art. 34 - O CMDCA providenciará a confecção de cédula única, contendo o nome dos candidatos aptos a concorrerem, pela ordem alfabética, a qual será devidamente rubricada pelo Presidente da Comissão de Escolha.

§ 1º - Confeccionadas as cédulas a serem utilizadas no pleito, após devidamente rubricadas, estas ficarão sob a guarda do Presidente da Comissão de Escolha, em envelopes lacrados, que somente serão abertos no dia da eleição, pelo Presidente de cada mesa receptora.

§ 2º - Para comprovação da cidadania é indispensável a apresentação de título de eleitor registrado em seção eleitoral de Bandeirantes(PR).

§ 3º - O votante somente será admitido ao pleito com prévia apresentação do título de eleitor, acompanhado de documento oficial de identificação com foto (RG, CTPS, CNH).

§ 4º - Apresentados os documentos mencionados no parágrafo anterior, o eleitor assinará a lista de presença e lhe será entregue a cédula de votação.

§ 5º - De posse da cédula, o votante dirigirá-se à cabine indevassável, onde assinalará um único candidato, sob pena de nulidade do voto, em seguida, dobrando a cédula, na presença dos integrantes da Mesa Receptora, a depositará na respectiva urna.

§ 6º - A cédula não poderá conter quaisquer sinais ou manifestações que identifique o votante, ou impossibilitem o conhecimento da manifestação, sob pena de nulidade de voto.

§ 7º - Não serão computados os votos:

- a) em branco;
- b) com rasuras;
- c) com mais de um candidato assinalado;
- d) sem a perfeita identificação do candidato assinalado, assim entendido, a título de exemplo, aquelas situações em que o eleitor apõe sinal entre dois campos, fora do campo para votação;
- e) com infringência ao disposto no parágrafo anterior.

Art. 35 - As entidades que estiverem com seus programas registrados no Conselho de Direitos poderão credenciar fiscais - 01 (um) por entidade - para atuarem junto à Mesa Receptora e junto à Apuração

Art. 36 - Encerrada a coleta de votos, a Mesa Receptora lavrará ata circunstanciada e encaminhará a urna à Comissão de Escolha, que na mesma data deverá proceder à sua abertura, contagem e lançamento de votos, em ato público, de todo lavrando-se ata circunstanciada, a qual será assinada pelos integrantes da Comissão de Escolha, Promotoria Pública e fiscais presentes.

§ 1º - O lançamento de votos dados a cada candidato será feito em formulário próprio, rubricado pelos integrantes da Comissão de Escolha, Ministério Público e fiscais presentes.

§ 2º - Após a contagem, os votos serão novamente colocados na urna e esta lacrada, devendo aí ser conservados pelo prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 37 - As impugnações e reclamações serão decididas no curso da apuração da votação, administrativamente pela Comissão de Escolha, na função de Junta Apuradora, desde que a impugnação conste expressamente em ata.

Parágrafo Único - Os recursos eventualmente interpostos deverão ser decididos pelo CMDCA, na forma de seu Regimento Interno, no prazo máximo de 02 (dois) dias da divulgação do resultado da votação, o qual determinará ou não as correções necessárias.

Art. 38 - Decididos os eventuais recursos, o CMDCA, de posse dos resultados fornecidos pela Comissão de Escolha, na função de Junta Apuradora no prazo máximo de 03 (três) dias da realização da eleição, divulgará a relação dos efeitos, na forma da legislação vigente.

Parágrafo Único - Em caso de empate no resultado da votação, terá preferência o conselheiro mais idoso.

Art. 39 - As funções de conselheiros serão consideradas vagas nas situações previstas nesta Lei, quando serão convocados os suplentes na ordem rigorosa de sua classificação nas eleições.

TÍTULO VII

Do Exercício da Função dos Conselheiros Tutelares

Art. 40 - Na qualidade de membros eleitos, os Conselheiros não farão parte do quadro de funcionários da administração pública municipal, mas serão remunerados, mediante liberação de verba a ser repassada ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, ao qual estarão subordinados.

§ 1º - O exercício efetivo da função de Conselheiro Tutelar terá remuneração equivalente ao nível 14, do anexo X, da Lei nº 1.899/94, do quadro de cargos e salários do funcionalismo municipal.

§ 2º - O exercício efetivo da função de conselheiros tutelares constituirão serviço relevante e estabelecerá presunção de idoneidade moral e assegurará prisão especial, em caso de crime comum até o julgamento definitivo.

§ 3º - A função de Conselheiro não caracterizará vinculação de caráter trabalhista, trata-se de cargo seletivo sem vínculo empregatício.

Art. 41 - O Poder Público providenciará as condições materiais e os recursos necessários ao funcionamento do Conselho Tutelar.

TÍTULO VIII

Da Perda do Mandato e dos Impedimentos

Art. 42 - A função de Conselheiro Tutelar será cancelada de pleno direito, nos seguintes casos;

- a) ato de improbidade;
- b) incontinência de conduta ou mal procedimento;
- c) embriagues habitual ou em serviços;
- d) ato de indisciplina ou de insubordinação com os companheiros ou usuários;
- e) 03 (três) faltas consecutivas, sem justificativa, e 05 (cinco) faltas alternadas, sem justificativa no desempenho das funções e em seu respectivo plantão, e 02 (duas) faltas consecutivas e 03 (três) intercaladas.

Parágrafo Único - Verificada qualquer das hipóteses previstas no "caput" deste artigo, poderá ser comunicada por qualquer cidadão, ao presidente do Conselho Municipal do Direito da Criança e do Adolescente, que após aprovação pelos seus membros, exonerará e nomeará o respectivo suplente.

Art. 43 - O exercício das função dos membros do Conselho Tutelar será declarado vago, nos seguintes casos;

- a) morte;
- b) renúncia;
- c) ausência injustificada por mais de 03 (três) reuniões plenárias consecutivas e 05(cinco) intercaladas;
- d) licenciamento por mais de 04 (quatro) meses da função;
- e) condenação por crime doloso ou de responsabilidade;
- f) mudança de residência do Município;

Parágrafo Único - Verificada a hipótese prevista neste artigo o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente procederá da forma prevista no Parágrafo Único do artigo anterior.

Art. 44 - São impedidos de servir no mesmo conselho marido e mulher, ascendentes, sogro e genro ou nora, irmãos, cunhados durante o cunhado, tio e sobrinho, padrasto ou madrasta e enteado.

Parágrafo Único - Estende-se o impedimento do Conselho, na forma deste artigo, em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público da Comarca.

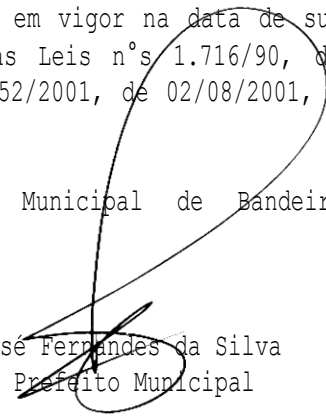
CAPÍTULO VI

Das Disposições Finais e Transitórias

Art. 45 - Após 30(trinta) dias de instalado o Conselho Tutelar, as normas de funcionamento, serão regulamentadas, através da elaboração do Regimento Interno;

Art. 46 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente as Leis n°s 1.716/90, de 14/12/1990, 1.868/94, de 02/05/1994, 1.937/1995, de 18/09/1995, 2.252/2001, de 02/08/2001, e 2.284/2001, de 14/12/2001.

Edifício da Prefeitura Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, em 29 de agosto de 2007.



José Fernandes da Silva
Prefeito Municipal